



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS CHAPECÓ

CURSO DE PEDAGOGIA

ELISA BORSOI

MORGANA ROBERTA REBESCHINI

O BRINCAR NO ESPAÇO ESCOLAR:

**UM ESTUDO A PARTIR DA POLÍTICA DOS NOVE ANOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL.**

CHAPECÓ

2015.

ELISA BORSOI

MORGANA ROBERTA REBESCHINI

O BRINCAR NO ESPAÇO ESCOLAR:

**UM ESTUDO A PARTIR DA POLÍTICA DOS NOVE ANOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciadas em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dr. Solange Maria Alves.

CHAPECÓ

2015

Elisa Borsoi

Morgana Roberta Rebeschin

O brincar no espaço escolar: um estudo a partir da política dos nove anos do ensino fundamental.

Trabalho de curso de conclusão de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof^a Dra. Solange Maria Alves

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Lourdes Mazzioni Belinski

Maria Lucia Marocco Maraschin

Prof^a Dra. Solange Maria Alves
Orientadora

O brincar no espaço escolar: um estudo a partir da política dos nove anos do ensino fundamental.

Elisa Borsoi¹

Morgana Roberta Rebeschini²

Prof^a Dra. Solange Maria Alves (Orientadora)³

Resumo

O artigo em tela é resultado de dossiê temático, realizado a partir de levantamento bibliográfico e de fontes legais sobre a política educacional de nove anos em torno do tema: brincadeira e anos iniciais do ensino fundamental no contexto da política de nove anos. Este objeto tem origem também, em observações e problematizações decorrentes dos Estágios Obrigatórios do curso de Pedagogia da UFFS – campus Chapecó. Acreditando na criança como detentora de necessidades decorrentes do meio social ao qual está inserida, específica de sua faixa etária, busca-se justificar em que aspectos o brincar contribui no desenvolvimento de crianças estudantes no primeiro ano do ensino fundamental e porque este deve ser considerado, com uma das garantias legais, no processo educacional. Além de refletir sobre o brincar no espaço escolar dentro da política de nove anos do ensino fundamental, a temática assumiu recortes de modo a ficar mais próxima do questionamento em torno da brincadeira como atividade principal da infância, a partir do aporte teórico da psicologia histórico-cultural. Reflete também, os modos de organização da escola no processo de aprendizagem e desenvolvimento a partir da política dos nove anos, criada pela Lei 11.274/2006, que amplia o ensino fundamental de oito para nove anos. Em termos metodológicos, foram consultados artigos científicos, livros e documentos referenciais sobre o tema em questão, os quais foram estudados, analisados e fichados. O resultado desse exercício de reflexão sinaliza que o brincar é garantido tanto nos documentos orientadores da implantação da política educacional de nove anos do ensino fundamental, quanto nas discussões teóricas de estudiosos na área. Contudo, ancorado em nossas experiências parece que o mesmo não ocorre no âmbito específico da organização pedagógica do ciclo de alfabetização, sobretudo, como espaço-tempo ainda fortemente marcado pela infância e por sua atividade principal: a brincadeira.

Palavras Chaves: Brincadeira. Ensino fundamental de nove anos. Educação e Desenvolvimento humano.

¹ Acadêmica 10ª fase do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Campus Chapecó SC (www.uffs.edu.br) E-mail: elisa.borsoi@hotmail.com.

² Acadêmica 10ª fase do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Campus Chapecó SC (www.uffs.edu.br) E-mail: Morgana.Beta@hotmail.com.

³ Prof^a Dra. Solange Maria Alves. Dra em educação pela USP. Professora do curso de pedagogia e do PPGE da UFFS. E-mails: solange.alves@uffs.edu.br ;solangesol13@gmail.com

Abstract: The article shown is result of thematic dossier, realized from a bibliographical survey and legal fonts about the educational politics around the subject: Play and first years of basic education in context to politic of nine years. This object has source too, in observations and problems arising of Required Internship Pedagogy course of UFFS – campus Chapecó. Believing in the child, like owner to necessities arising from social place where she is inserted, specific to their age group, searching justify in what aspects play contribute in the development of students children in the first year of basic education and why this year must be considered, with a legal warranty in the education process. Beyond to reflect about to play at school in politics of nine years in the basic education, the theme assumed clippings to stay near of questions around of play like a main activity in childhood, from the technical contribution of historical and cultural psychology. Reflecting too, the organization kinds at school in the learning process and the development from politics of nine years, arisen for the Law 11.274/2006 that increases the basic education from eight to nine years. Methodologically, were consulted scientific articles, books and reference documents about the theme that were studied, analyzed and registered. The result of this reflection exercise show us that play is guaranteed in oriented documents of implantation to politic of nine years in basic education, as in theoretical discussions that study this. However, it seems which the same don't happen in specific scope in pedagogic organization in the alphabetization cycle, specially, like space-time still strongly marked for the childhood and the principal activity: to play.

Keywords: Play. Basic Education of nine years. Education and human development.

Introdução:

O presente artigo é produto de problematizações que surgiram a partir dos estágios de observação e docência obrigatórios do curso de Pedagogia na educação infantil e nos anos iniciais da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Chapecó (SC), juntamente com estudos realizados no decorrer do processo de formação. A questão que mais chamou a atenção foi o conflito apresentado na transição da educação infantil para o ingresso dos anos iniciais do ensino fundamental a partir da implementação da lei 11.274/2006 de nove anos do ensino fundamental. A partir da análise deste conflito e da problematização dos elementos presentes nesta transição, optou-se por aprofundar estudos sobre o tema do brincar no espaço escolar dentro da política dos nove anos do ensino fundamental.

Feito este recorte, o desenvolvimento do estudo pautou-se em um dossiê de diversos autores⁴, bem como alguns documentos, tais como a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Orientações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que trata do espaço da brincadeira e orientações na ampliação do ensino fundamental e a Lei 11.274/06 que dispõe sobre o ensino fundamental de nove anos.

A partir desta reflexão organizou-se este texto em tópicos, sendo que no início do artigo apresenta-se o que é a brincadeira e sua importância no espaço escolar e desenvolvimento da criança. Em seguida destacam-se as leis que tratam da educação básica (Lei 9.394/96 e Lei 11.274/06). Como terceira parte deste artigo consta a análise de documentos do MEC (Ministério da Educação e Cultura) que norteiam orientações sobre o ensino fundamental de nove anos para professores e por fim, com base nas reflexões realizadas, apresentam-se algumas considerações finais acerca do objeto em pauta.

Brincadeira no espaço escolar e desenvolvimento humano;

Tendo como objetivo aprofundar estudos sobre a importância do brincar no processo de desenvolvimento da criança inserida no ciclo de alfabetização do ensino fundamental, busca-se reconhecer como este é garantido pelas leis e orientações do MEC⁵ a partir da política educacional, Lei nº 11.274, implantada no Brasil em 2006, que amplia o Ensino Fundamental de oito para nove anos de duração.

Esta mudança no processo de alfabetização, que prevê, entre outras alterações, a inserção de crianças com seis anos de idade no primeiro ano do Ensino Fundamental, de forma obrigatória, evidencia questões da passagem que pressupõe mudanças pedagógicas e metodológicas quanto ao ensino, devido à idade de iniciação do processo de alfabetização. Um dos principais objetivos desta política educacional, segundo o MEC (2006), é propiciar às diferentes classes sociais, um contato inicial com o ambiente escolar aos seis anos, para que o processo de letramento e alfabetização ocorra de forma qualitativa e eficaz.

A criança de seis anos que se encontra em transição da educação infantil para o ensino fundamental terá suas necessidades como diretoras inicialmente do

⁴ ARCE (2006); KISHIMOTO (2010); VYGOTSKY e SEMENOVICH, (2007); ROCHA (1999)

⁵ MEC- Ministério da Educação.

interesse e desejos pelas atividades que serão oportunizadas no espaço escolar. Estas necessidades se constituem por especificidades etárias, que envolve desde a forma como estas compreendem e se fazem compreender no espaço da que estão inseridas, através das diferentes linguagens, e pelo brincar. Segundo Sonia Kramer (2003), *apud* MEC (2006)

Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura. (p. 17).

Toda criança desde o nascimento e mesmo antes dele, está submetida, por assim dizer, às influências do meio social e cultural na qual está inserida, sendo que essa cultura não é única e homogênea, mas é diversificada e com aspectos únicos que a caracterizam e irão influenciar o grupo de indivíduos aos quais são adeptas.

O brincar, sendo um processo desenvolvido no meio social no qual a criança está inserida, propicia não só um reconhecimento cultural, facilitando a socialização e interação com o mesmo, mas possibilita o desenvolvimento da interpretação e construção de significados dos objetos, para que a partir desta construção seja possível modificar o uso do mesmo e interagir com este criando muitas possibilidades de imaginá-lo e repensá-lo através da brincadeira. De acordo com Vygotsky (1987) *apud* Borba (2006),

O brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos. (2006, p.37)

A criança, ao brincar, parte da realidade a qual está inserida e cria novas possibilidades de interagir com espaço social, pois essa pode se propor a imaginar situações que no cotidiano não seriam possíveis realizar. O brincar é um instrumento de possibilidades e concretizações de desejos para a criança e segundo Vygotsky (1987) se constitui como essencial para o seu desenvolvimento, pois as brincadeiras vão se tornando mais complexas conforme os seus interesses e necessidades. Estas

necessidades emergem do meio social em que a criança está inserida, sendo este o aspecto que definirá as brincadeiras e que conseqüentemente instigarão a imaginação.

A realidade e o papel que a criança ocupa no meio social estarão presentes em sua imaginação, pois esta se constitui como o ponto principal do brincar, sendo que é através desta que se concretizarão na brincadeira um instrumento para sanar necessidades que emergem deste espaço. “Toda brincadeira é, ao mesmo tempo, uma atividade da criança, uma expressão de si, e igualmente um aspecto das relações sociais, uma expressão de condições objetivas de ações e desenvolvimento.” (ARCE; DUARTE, 2006 p. 48).

Como ressaltam as autoras, o meio social se faz presente na construção da imaginação, pois a criança se envolverá e participará com mais curiosidade nas atividades que apresentam ligação com a realidade. Ou seja, o imaginário pode ser desenvolvido a partir de novas experiências, relacionando-as com questões reais e ainda podendo ser influenciado por emoções, estes aspectos são constituintes da brincadeira.

As brincadeiras são constantemente recriadas a partir de novas experiências, na troca e releitura do que está proposto no meio de convivência da criança e a partir destas se modificam a reinterpretação o meio social e cultural estando em constante modificação.

Com base em suas experiências, os sujeitos reelaboram e reinterpretam situações de sua vida cotidiana e as referências de seus contextos socioculturais, combinando e criando outras. A brincadeira não é algo já dado na vida do ser humano, ou seja, aprende-se a brincar, desde cedo, nas relações que os sujeitos estabelecem com os outros e com a cultura realidades. (BORBA, 2006 p. 37)

Além da construção e reinterpretação do meio social para a criança o brincar oportuniza a mesma construir o campo de significados dos objetos como afirma Vygotsky (1987), ou seja, é a partir da compreensão do campo de significados que a criança passa de subordinado dos objetos para subordinador, começa a recriar a partir destes significados e oportuniza a realização de tendências irrealizáveis de forma momentânea.

Quando a criança começa a recriar com os campos e significados, segundo Vygotsky (1987), transforma objetos reais, em instrumentos para sanar desejos, como por exemplo, um cabo de vassoura que se transforma em cavalo. Portanto sai do seu

campo real e recria a partir de novas experiências na brincadeira campos de ação sobre o mundo em diferentes tempos, passado, presente e futuro.

O brincar começa a relacionar o campo de significados, como cita Vygotsky, com o campo de percepção visual, oportunizando um envolvimento para além do objeto. Este envolvimento concebe a criança completar suas necessidades, e servem de guia e subsídio para realizar as ações de incentivo e mudanças no campo de interesses e conseqüentemente oportunizam o avanço no desenvolvimento e na percepção de sua posição social e o que este exige para alcançá-los.

O brincar se constitui como atividade humana, e para a criança oportuniza o desenvolvimento de funções psicológicas superiores, que são resultantes do meio social e cultural ao qual está inserida. As funções psicológicas superiores correspondem às linguagens, que vão para além do campo biológico de desenvolvimento, se constituem e são constitutivas da cultura e de modos tipicamente humanos. Como afirma Ferreira, citado por Rivero (2011, p.10), o adulto possui como característica de sua faixa etária o trabalho, enquanto o trabalho da criança se constitui como sendo o brincar:

Tradicionalmente, este *ofício* tem apresentado o *brincar* como algo a que as crianças aderem enquanto esperam para entrar na sociedade e em que são vistas como praticando e simulando ações reais e relações entre as pessoas, numa espécie de cópia da realidade. É esta natureza de *faz-de-conta* que, construída socialmente como traço dominante das brincadeiras, as dissocia da realidade social imediata da qual fazem parte. Esta mesma natureza tem levado à desconsideração das inúmeras relações entre o brincar e a realidade em que insere e que imediatamente o rodeia e, portanto, à sua infantilização. Brincar seria assim, sinônimo de socialização das crianças no mundo adulto e esta equivalente a preparação para a vida pela incorporação antecipada de papéis sociais.

Vygotsky (1987) define esta relação que a criança estabelece com o brincar como uma ferramenta que oportuniza a inferência sobre a realidade de forma a constituir novos conhecimentos. A brincadeira, como explica Vygotsky (1987), surge como um instrumento em que a criança sai de sua zona de desenvolvimento real, que é constituída por conhecimentos já compreendidos, passa pela zona de desenvolvimento proximal, conhecimentos que estão em construção, modificação ou reconstrução, em que o brincar aparece como uma ferramenta mediadora, e através dessa interação são modificados e apreendidos novos conhecimentos. Desta forma, o educador desenvolve um papel importante, pois irá mediar a relação criança/mundo favorecendo essa aprendizagem.

Reconhecendo que o brincar se constitui como um instrumento de desenvolvimento da criança, tanto no âmbito humano quanto no cultural, com um maior enfoque no ciclo de alfabetização que se constitui pelo seu início com crianças não mais de sete anos, mas de seis anos deveria se constituir como necessário em sala de aula.

Percebendo, através dos estágios e experiências decorrentes do curso de pedagogia, que o brincar não se apresenta como um instrumento de auxílio no ensino para os professores, buscamos analisar para além da lei 11.274/2006, os documentos orientadores da implementação dessa política educacional, e em ambos reconhecer como o brincar se apresenta nestas propostas, para a partir destas análises e reflexões reconhecer se o brincar é valorizado e incentivado por instituições que orientam e definem os objetivos do ciclo de alfabetização.

Política educacional: LEI 11.274/2006

A Lei 11.274 de 2006 modificou alguns aspectos da LDB- Lei 9394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o ensino passa a ser organizado no formato de nove anos, sendo considerados anos iniciais do ensino fundamental, o ciclo de alfabetização (primeiro, segundo e terceiro ano), e quarto e quinto anos, e como anos finais deste nível de educação básica, o sexto, sétimo, oitavo e nono anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade.

Com a preocupação de orientar a política de nove anos, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), produziu um conjunto de documentos importantes voltados à preocupação da criança ingressante no ensino fundamental de nove anos, agora com seis anos de idade. Os documentos orientam tanto o poder público, como escolas e professores em relação ao como lidar com essa mudança na educação, afinal são crianças que ingressam no ciclo de alfabetização, que ainda estão na fase da infância onde o brincar ainda se constitui como atividade principal desta fase, ciclo de alfabetização que se constitui dos três primeiros anos do ensino fundamental, em que a criança se encontra.

O espaço escolar se constitui como um campo de diferentes culturas e que por não serem homogêneas oportunizam trocas e aquisição de novas experiências, inclusive na brincadeira. Tema este muito discutido no âmbito da pesquisa, debatido e que valida sua importância para a criança como forma de suprir suas necessidades, o brincar que vai além do real, e instiga a imaginação. Esta ainda se constitui para a criança como

atividade principal, desde a educação infantil até o ensino fundamental, especialmente nos anos iniciais da educação básica.

Os anos iniciais do ensino fundamental sofreram dilatações a partir da Lei 11.274 de 06 de Fevereiro de 2006. Esta Lei dispõe sobre o ensino fundamental com duração de nove anos, sendo a criança inserida no processo de alfabetização com seis e não mais sete anos de idade. Esta política educacional surge com o objetivo segundo o ministério da educação (MEC), de oportunizar uma aprendizagem qualitativa, gratuita a todas as crianças, como direito de frequentar a escola a partir dos seis anos de idade não importando classe social.

A partir de 2006, com a criação da Lei 11.274/06, que altera os artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (LDB) o ensino fundamental passa a ter a duração de 9 (nove) anos, sendo que a matrícula passa a ser obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

Com a inclusão das crianças de seis anos no ensino fundamental e não mais sete anos, notoriamente, novos desafios se instalam no âmbito da organização pedagógica escolar, sobretudo advindas da entrada dos pequenos e da introdução do ciclo de alfabetização corroborando com Saveli (2008, p. 69),

E, no aspecto pedagógico, exige das escolas, sobretudo, a reorganização de projetos pedagógicos que assegurem o pleno desenvolvimento dessas crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo, tendo em vista alcançar os objetivos do Ensino Fundamental, sem restringir o trabalho pedagógico apenas à preocupação de alfabetizar a criança.

O prazo para a implementação desta obrigatoriedade do ensino fundamental se estendeu até 2010, onde municípios, estados e o distrito federal teriam até esta data para se adequarem a esta nova normatização. Apesar de já estar no quinto ano de efetivação obrigatória da Lei 11.274, ainda reflete nas escolas a mudança, pois mexeu com todo o ciclo escolar do ensino fundamental, que há turmas em processo escolar de implementação do ensino fundamental de nove anos. E ainda gera diferentes polêmicas relacionadas ao assunto dentro da comunidade escolar, pois as mudanças de cunho pedagógico e metodológico propõem um novo planejamento escolar, de acordo com a realidade da turma.

[...] a inclusão, simplesmente, da criança de seis anos no Ensino Fundamental, não garante a melhoria da qualidade do ensino, mas todos sabem que a criança que, desde muito cedo, tem contato com o mundo da

leitura e da escrita e outros bens culturais, é mais bem sucedida no seu processo de escolarização. (SAVELI, p. 71; 2008).

Para que os objetivos desta política educacional se implemente e se consolide, o MEC, elaborou orientações gerais que nortearam a implementação do ensino fundamental de nove anos. Nessas orientações, observa-se uma preocupação importante com o fato do ingresso de crianças nos anos iniciais, que, por sua vez, como infantes, encontram-se em franca atividade de brincar.

A seguir destacamos alguns elementos que configuram a preocupação da política educacional de nove anos com relação à brincadeira.

O espaço do brincar nas orientações do Ministério da Educação e Cultura

Visando a efetivação dessa política educacional o Ministério da Educação e Cultura (MEC), especialmente nos anos iniciais produziu, um conjunto de documentos que orientam tanto o poder público, como escolas e professores em relação à implementação das mudanças necessárias no meio educacional, relativas ao ensino fundamental de nove anos. O documento de Orientações Gerais⁶ traz como objetivos instigar uma reflexão e debate sobre a criança, sobre a infância e as características específicas desta faixa etária, os aspectos relevantes no processo de desenvolvimento da criança e como a escola interfere e participa neste processo, além de sugestões de cunho pedagógico-metodológico visando atender a demanda de adaptações especialmente nos anos iniciais de ensino fundamental.

Os documentos orientadores partem de fundamentos teóricos alicerçados em perspectivas críticas da educação que compreende a criança como um sujeito ativo e participante do processo de aprendizagem, inserida em uma cultura específica que, influencia na constituição de sua subjetividade, dos seus costumes, interesses, valores, formas de organização típicas do grupo social ao qual pertence. Este meio cultural também se faz presente na brincadeira, na construção da imaginação e na aprendizagem em sala de aula, contribuindo para a construção de conhecimentos significativos.

Um segundo documento⁷, elaborado em 2007, constituído por elementos que discutem o currículo e sua forma de construção tem por objetivo, segundo o MEC,

⁶Ensino Fundamental – Orientações Gerais - Disponível em: <www.mec.gov.br>

⁷Indagações sobre o currículo- MEC. Disponível em: <www.mec.gov.br>

[...] ampliar o debate sobre concepções curriculares para a educação básica. Assim, mais do que sua elaboração e distribuição se espera a realização de discussões compartilhadas com os sistemas de ensino, a reflexão e questionamentos sobre a concepção de currículo e seus desdobramentos no interior de cada escola. (2009, p. 15)

Para incorporação desta política educacional foi elaborado no ano de sua implementação, em 2006, pelo Ministério da Educação orientações disponibilizadas às redes de educação com objetivo de fomentar discussões em torno das alterações necessárias no ensino fundamental para a inclusão de crianças com seis anos no primeiro ano do ensino fundamental. A partir da análise desses documentos busca-se perceber como o brincar está explícito nos mesmos, e qual é a proposta para esse aspecto tão necessário e característico da infância que está em foco na política educacional.

As orientações do MEC (2006) para a implantação desta política buscam instituir uma educação que oportunize às crianças uma formação cognitiva, social, físico, psicológico e intelectual completa, sempre respeitando os aspectos e características da faixa etária, que se constitui por seis anos e não mais sete anos de idade no primeiro ano do ensino fundamental. Partindo do pressuposto de respeito às necessidades das crianças, o brincar deve ser considerado e apresentado como relevante no ciclo de alfabetização no ensino fundamental de nove anos, pois esse ainda se caracteriza como atividade principal, ou ainda segundo Vygotsky (1994) *apud* MEC (2006) o brincar se constitui como atividade essencial e direcionadora da criança contribuindo no desenvolvimento.

O primeiro aspecto relevante é considerar a infância como uma categoria social construída e com atribuições definidas históricas e socialmente no meio em que a criança esta inserida, sendo que,

Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura. (MEC, p. 17).

A criança irá agir e se posicionar conforme sua cultura, experiências, e as possibilidades que o meio social a oferecer, e o ato de brincar não se constituirá de forma diferente, mas é um reflexo da cultura e do grupo social ao qual pertencem.

O brincar, nos documentos analisados, é abordado de forma a explicitar sua importância na construção de uma cultura escolar, em que na interação de diferentes culturas se constituem e retificam aspectos adversos da forma como se observam a realidade e como se representam as experiências vividas pelos indivíduos presentes no espaço escolar. “Entendemos que o conhecimento é uma construção coletiva e é na troca dos sentidos construídos, no diálogo e na valorização das diferentes vozes que circulam nos espaços de interação que a aprendizagem vai se dando.(MEC, p.61)”.

O reconhecimento da infância e da criança começa a ser compreendido e discutido recentemente nos diferentes campos de conhecimento, buscando compreender as especificidades e necessidades decorrentes dessa faixa etária específica. Quando se percebe esse não mais como um adulto em miniatura, mas como um sujeito ativo e participante da sociedade na qual está inserida, como produto e produtor de cultura, inclusive em seu processo de aprendizagem, a infância que foi por muito tempo, ignorada começa a ser visualizada como um instrumento social e político.

Essa cultura da infância resulta e é resultante de diferentes constituições sociais que têm como consequência estilos de inserção de novos sujeitos nos contextos socioculturais através de diferentes modos de intervenção educativa (ROCHA, 1999 p. 39)

Segundo Rousseau *apud* Rocha (1999, p. 41) a infância apresenta-se como “um momento em que se vê, se pensa e se sente o mundo de um modo próprio”, tomando consciência das especificidades desta etapa. Esta infância elaborada conforme a cultura social a qual está inserida se constituirá a partir das experiências por estas vivenciadas. Segundo Kramer *apud* MEC (2006),

Aprendemos com Paulo Freire que educação e pedagogia dizem respeito à formação cultural – o trabalho pedagógico precisa favorecer a experiência com o conhecimento científica e com a cultura, entendida tanto na sua dimensão de produção nas relações sociais cotidianas e como produção historicamente acumulada, presente na literatura, na música, na dança, no teatro, no cinema, na produção artística, histórica e cultural que se encontra nos museus. Essa visão do pedagógico ajuda a pensar sobre a creche e a escola em suas dimensões políticas, éticas e estéticas. A educação, uma prática social, inclui o conhecimento científico, a arte e a vida cotidiana. (p.21)

Ainda segundo Rocha (1999), a infância se considera reconhecer as experiências, conhecimentos, valorizando as relações sociais pelas crianças estabelecidas e as diferentes intervenções sociais produtoras de cultura.

As orientações apresentadas pelo MEC (2006) referenciam o brincar como um instrumento de aprendizagem necessário em sala de aula e que oportuniza ao profissional da educação um instrumento pedagógico para auxiliá-lo no processo de alfabetização do aluno. Pois, a brincadeira é indispensável no espaço escolar principalmente nos primeiros anos do ensino fundamental, onde o aluno já se encontra no período de alfabetização e continua na fase da infância, onde a brincadeira é efetivada como atividade principal. Tal explanação sobre o tema nas orientações aparece de forma que se percebe a necessidade de reconhecer que a criança de seis anos não deveria estar sendo alfabetizada da mesma maneira que a criança de sete anos.

Nas orientações apresentadas pelo MEC (2006) propõem-se uma discussão da importância do brincar tanto no âmbito do desenvolvimento humano quanto no desenvolvimento cultural, além de estar muito presente nas pesquisas que estudam o tema. Por estar sendo disponibilizadas como forma de instrução da implementação da política educacional dos nove anos do ensino fundamental, as orientações se apresentam como um documento que propõem uma prática educacional que considera o brincar de fundamental importância para as crianças no ciclo de alfabetização e que deveria estar presente no cotidiano da sala de aula.

Considerações finais

O brincar é amplamente discutido e defendido no espaço escolar pelos pesquisadores que analisam o desenvolvimento infantil. Esses afirmam que este processo de desenvolvimento oportunizado pela brincadeira para a criança é essencial e se constitui como um estímulo à imaginação, a interação social, ao avanço do conhecimento através da construção de novos saberes. Vygotsky (1987) reconhece que o brincar também é considerado como uma ferramenta para o desenvolvimento, zona de desenvolvimento proximal, pois através desse a criança usa sua imaginação e sai de sua zona de desenvolvimento real para entrar na brincadeira, o que acaba fazendo com que ela adquira mais conhecimento.

Partindo do pressuposto que o brincar ainda se constitui como atividade principal da infância no ciclo de alfabetização, incluso no ensino fundamental de nove anos implementado pela Lei n. 11274/06, é preciso desenvolver uma proposta pedagógica e um currículo que atenda as necessidades da criança nesta faixa etária e que

as efetive de forma qualitativa, portanto o brincar deve aparecer nos planejamentos escolares.

Para além do espaço da pesquisa os documentos que orientam a implantação dos nove anos do ensino fundamental, disponibilizados pelo MEC (2006), apresentam uma ampla discussão sobre a importância do brincar como uma construção cultural, de desenvolvimento social para a criança.

Percebemos no decorrer dos estudos realizados que o brincar é de suma importância para a criança e deveria estar incluso no planejamento dos profissionais da educação, como um instrumento de aprendizagem e desenvolvimento, com objetivo e intencionalidade. O brincar se constitui no ciclo de alfabetização como um espaço de construção de novos conhecimentos, oportunizando o desenvolvimento da imaginação, a qual é necessária para que a criança saia de sua zona de conforto e adentre a novos saberes reconstruindo o seu conhecimento prévio.

Compreendendo a importância do brincar no desenvolvimento humano, e o quanto este é discutido no ciclo de alfabetização a partir da política educacional de nove anos do ensino fundamental, percebemos que este está presente tanto nas discussões dos teóricos estudados, quanto nos documentos orientadores como algo necessário e que oportuniza desenvolvimento e construção de conhecimentos para a criança.

Apesar do espaço do brincar estar enfatizado no ciclo de alfabetização no ensino fundamental de nove anos, observamos em nossas experiências no decorrer do curso de pedagogia que ele não se concretiza efetivamente nas práticas pedagógicas do dia a dia dos docentes em sala de aula. Outro aspecto é a necessidade de ter claro que a escola precisa contar com mais profissionais para a ampliação de um atendimento administrativo, político e pedagógico. Pois, a partir desta inclusão o número de alunos aumenta, os professores precisam de mais formação e clareza sobre os fatos, bem como uma reorganização quanto a carga horária, número de alunos e outros fatores relevantes, exigindo assim maiores investimentos das secretarias de educação.

Sendo assim a partir das análises e estudos realizados para compreender o brincar no espaço escolar do ponto de vista do ensino fundamental de nove anos, reconheceu-se sua importância, porém, surge um novo questionamento decorrente das discussões das autoras: por que o brincar não se efetiva no processo de alfabetização?

Referências

ARCE, Alessandra; DUARTE, Newton. **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil**: as contribuições de Vygotsky, Leontiev e Elkomín.(organizadores; João Henrique Rossler... [et al.]. – São Paulo: Xamã, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos**: Orientações para a inclusão da criança com seis anos de idade. Brasília, 2006.

KISHIMOTO, Tizuko M. **O brincar e suas teorias**. Pioneira Thomson Learning-2010.

KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade**. São Paulo, Ed.Cortez.2003.p.51-81.

LURIA, A. R. **Desenvolvimento Cognitivo**. 7ª ed. São Paulo: Ícone2013.

MAREGA; Agatha Marine Pontes; FARIA Sforni, Marta Sueli de. **A criança de seis anos na escola**: é hora de brincar ou de estudar?

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **LEI Nº 11.274, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006**.Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/111274.htm>>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

RIVERO, Andréa S., **A brincadeira de crianças na formação e professoras de educação infantil**. Disponível em: <<<file:///D:/Downloads/19076-61144-2-PB.pdf>>>. Acesso: 22/03/2015.

ROCHA, Eloisa AciresCandal. **A pesquisa em educação infantil no Brasil**: Trajetórias e perspectivas de consolidação de uma Pedagogia. UFSC, Florianópolis, 1999.

SAVELI, Esméria de Lourdes. **Ensino fundamental de nove anos**: bases legais de sua implantação. Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v.3, n.1, p.67-72, jan.-jun. 2008.

VIGOTSKY, SEMENOVICH Lev. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores/ L.S. Vigotski; organizador Michael Cole... [et al.]; tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche.- 7.ed. – São Paulo: Martins Fontes- selo Martins, 2007.

VIGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. **A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento**- Scheila Tatiana Duarte Cordazzo; Mauro Luís Vieira.

VIGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N..**Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** 12ª ed. São Paulo: Ícone 2012.

VYGOTSKY, L.S. **A brincadeira e seu papel no desenvolvimento psíquico da criança.** Disponível em: << <http://anais.unicentro.br/cis/pdf/iv1n1/58.pdf> >>. Acesso em: 10/10/2014.

ZEN, Maria Isabel H.; XAVIER, Dalla Maria Luisa M. Planejamento em destaque – Análises convencionais. FORTUNA, Tânia Ramos. **Sala de aula é lugar de brincar?** A importância do lúdico no planejamento. 4ª ed. Porto Alegre: Mediação 2011.